



**PAUTA
PARA A 177ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 22 DE NOVEMBRO DE 2013**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

- 1 - Projeto de lei nº 860, de 2013, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Determina que os estabelecimentos penais do Estado deverão dispor de locais adequados para a visitação de familiares.
- 2 - Projeto de lei nº 861, de 2013, de autoria do deputado Celso Giglio. Dá a denominação de "Abigail Trevizan" ao Centro Oncológico, em Osasco.
- 3 - Projeto de lei nº 862, de 2013, de autoria do deputado Celso Giglio. Institui o Programa Estadual de Recuperação de Créditos relativos a IPVA em inadimplência.

2ª Sessão

- 1 - Projeto de lei Complementar nº 54, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera a Organização e a Divisão Judiciárias do Estado.
- 2 - Projeto de lei Complementar nº 55, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre cargos no Quadro do Tribunal de Justiça do Estado.
- 3 - Projeto de lei Complementar nº 56, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre o requisito de ingresso no cargo de Oficial de Justiça e altera dispositivos na Lei Complementar nº 1.111, de 2010.
- 4 - Projeto de lei nº 846, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Castilho como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 847, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Florínea como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 848, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Lucélia como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 849, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Maracaí como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 850, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Promissão como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 851, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Rancharia como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 852, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Santo Expedito como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 853, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Salto Grande como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 854, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Iepê como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 855, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Martinópolis como Município de Interesse Turístico.

14 - Projeto de lei nº 856, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Paulicéia como Município de Interesse Turístico.

15 - Projeto de lei nº 857, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Panorama como Município de Interesse Turístico.

16 - Projeto de lei nº 858, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Teodoro Sampaio como Município de Interesse Turístico.

17 - Projeto de lei nº 859, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Rosana como Município de Interesse Turístico.

1 - Projeto de lei nº 823, de 2013, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Isenta de tarifa de pedágio nas rodovias estaduais os veículos de transporte coletivo intermunicipal de passageiros na modalidade suburbana.

2 - Projeto de lei nº 824, de 2013, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Desonera da tarifa de pedágio nas estradas estaduais os veículos de transporte de portadores de necessidades especiais.

3 - Projeto de lei nº 825, de 2013, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Estabelece norma de proteção às pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, dispondo sobre a instalação de placas indicativas de vagas preferenciais com mensagens educativas, no âmbito do Poder Público Estadual.

4 - Projeto de lei nº 826, de 2013, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Altera a Lei nº 10.241, de 1999, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado.

5 - Projeto de lei nº 827, de 2013, de autoria do deputado Gerson Bittencourt. Determina que as Concessionárias das Rodovias do Estado devem divulgar os valores praticados pelas empresas credenciadas para prestação de Serviços de Arrecadação Automática nos pedágios do Estado.

6 - Projeto de lei nº 828, de 2013, de autoria do deputado Enio Tatto. Estabelece normas de proteção à saúde e de respeito à dignidade de obesos, gestantes e pessoas com necessidades especiais na condição de consumidores em supermercados, hipermercados, lojas de conveniências, praças de alimentação e estabelecimentos assemelhados.

7 - Projeto de lei nº 829, de 2013, de autoria do deputado Enio Tatto. Torna obrigatória a afixação de cartazes, nos locais que especifica, advertindo sobre a proibição da doação de sangue pelo prazo de um ano por pessoas com tatuagem permanente ou "piercing".

8 - Projeto de lei nº 830, de 2013, de autoria do deputado José Bittencourt. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Semana Evangélica", em Taubaté.

9 - Projeto de lei nº 831, de 2013, de autoria do deputado José Bittencourt. Inclui no Calendário Turístico do Estado a Feira "Jaú Trend Show", em Jaú.

10 - Projeto de lei nº 832, de 2013, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Dá a denominação de "Dr. Fauze Carlos" ao túnel localizado na pista ascendente da Rodovia dos Imigrantes SP 160 (TA 14), km 54,6, com 127

metros de comprimento", em Cubatão.

11 - Projeto de lei nº 833, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Classifica Piedade como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 834, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Classifica Pedreira como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 835, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Classifica Vargem como Município de Interesse Turístico.

14 - Projeto de lei nº 836, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Classifica Piracaia como Município de Interesse Turístico.

15 - Projeto de lei nº 837, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Classifica Igaratá como Município de Interesse Turístico.

16 - Projeto de lei nº 838, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Classifica Vinhedo como Município de Interesse Turístico.

17 - Projeto de lei nº 839, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Classifica Paulínia como Município de Interesse Turístico.

18 - Projeto de lei nº 840, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Classifica Valinhos como Município de Interesse Turístico.

19 - Projeto de lei nº 841, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Classifica Pedra Bela como Município de Interesse Turístico.

20 - Projeto de lei nº 842, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Classifica Cabreúva como Município de Interesse Turístico.

21 - Projeto de lei nº 843, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Classifica Tuiuti como Município de Interesse Turístico.

22 - Projeto de lei nº 844, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Classifica Mairiporã como Município de Interesse Turístico.

23 - Projeto de lei nº 845, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Classifica Mococa como Município de Interesse Turístico.

24 - Moção nº 109, de 2013, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Apela para a Sra. Presidenta da República e para os Srs. Presidente do Senado Federal e Presidente da Câmara dos Deputados a fim de que determinem estudos e providências nos sentido de que seja alterado o § 2º do artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), passando a ter a seguinte redação: "§ 2º - Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias, nas seguintes hipóteses: 1. por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho; 2. por livre escolha do trabalhador que, em razão de convicções religiosas, encontrar-se impedido de exercer atividades no período após as 18 horas da sexta-feira até as 18 horas do sábado."

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 819, de 2013, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr. Reconhece às famílias de crianças com deficiência ou que padeçam de doença crônica o direito a atendimento especial de caráter multidisciplinar.

2 - Projeto de lei nº 820, de 2013, de autoria do deputado Roque Barbieri. Dispõe sobre a instalação de TAG - dispositivo eletrônico para pagamento de pedágio em malhas rodoviárias - em ambulâncias no Estado.

3 - Projeto de lei nº 821, de 2013, de autoria do deputado Roque Barbieri. Obriga os estabelecimentos que comercializam e fabricam carimbos a exigir a identificação completa do comprador, com nome, identidade, CPF e comprovante de residência.

4 - Moção nº 107, de 2013, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidente da República para que determine ao Ministério da Saúde que realize estudos e tome as devidas providências no sentido de elaborar um projeto visando os limites éticos e morais da medicina, priorizando tratamentos necessários para os pacientes, frustrando sua autonomia em uma possível fase terminal.

5 - Moção nº 108, de 2013, de autoria do deputado Welson Gasparini. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados a fim que determine providências para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição n. 555/2006, que revoga o artigo 4º da Emenda Constitucional n. 41/2003, resgatando assim direitos adquiridos de aposentados e pensionistas.

5ª Sessão

Projeto de resolução nº 18, de 2013, de autoria do deputado Baleia Rossi. Insitui, no âmbito da Assembleia Legislativa, o ano de 2016 como "Ano Ulysses Guimarães".

Em pauta por 2 (duas) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 151 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 256, de 2013, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Leandro Marques Rodrigues" ao Acesso 1 localizado no km 61 da SP 425 (Rodovia Assis Chateaubriand), em Guaíra. Parecer nº 2046, de 2013, da Comissão de Justiça e Redação.

2 - Projeto de lei nº 257, de 2013, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Marcelo Paiva Taveira" ao Acesso 2 localizado no km 60 da SP 425 (Rodovia Assis Chateaubriand), em Guaíra. Parecer nº 2047, de 2013, da Comissão de Justiça e Redação.

3 - Projeto de lei nº 258, de 2013, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Nelson Silvério" ao Acesso 3 localizado no km 58 da SP 425 (Rodovia Assis Chateaubriand), em Guaíra. Parecer nº 2048, de 2013, da Comissão de Justiça e Redação.

4 - Projeto de lei nº 262, de 2013, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "Orivaldo Hoffman" ao retorno localizado no km 108 da Rodovia Anhanguera - SP 330, em frente à 3M do Brasil, em Sumaré. Parecer nº 2049, de 2013, da Comissão de Justiça e Redação.

5 - Projeto de lei nº 305, de 2013, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "Dr. Ademércio Lourenção" ao viaduto localizado no km 71 da Rodovia Anhanguera, em louveira. Parecer nº 2050, de 2013, da Comissão de Justiça e Redação.

6 - Projeto de lei nº 402, de 2013, de autoria do deputado Antonio Mentor. Dá a denominação de "Luciano Salvador" ao viaduto localizado no km 131+500m da SP 304 - Rodovia Luiz de Queiroz, que faz a ligação com a Rua Iacanga no Município de Americana. Parecer nº 2051, de 2013, da Comissão de Justiça e Redação.

7 - Moção nº 58, de 2013, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Ministério de Minas e Energia e solicite à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estudos e providências no sentido de que seja prorrogado para 31 de janeiro de 2015 o prazo de 31 de janeiro de 2014 constante do § 3º e do inciso VI do § 4º da Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010, que estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica. Parecer nº 2052, de 2013, da Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

Projeto de lei Complementar nº 43, de 2013, de autoria do Sr. Governador. Institui, para a carreira de Delegado de Polícia, o Adicional por Direção da Atividade de Polícia Judiciária - ADPJ. Parecer nº 2045, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

1ª Sessão

Proposta de emenda nº 10, de 2013, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Milton Leite Filho e outros. Altera os artigos 174 e 175 e acrescenta o artigo 175-A, que dispõe sobre a execução da lei orçamentária anual, com o objetivo de tornar obrigatória a execução da programação constante dessa lei.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 636, de 2013, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Declara de utilidade pública a "Associação Projeto D+ da Criança e do Adolescente", em Ipiguá.

2 - Projeto de lei nº 702, de 2013, de autoria do deputado Rafael Silva. Declara de utilidade pública a associação denominada "Associação Casa dos Velhinhos de Serrana", naquele Município.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 778, de 2011, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a "Associação dos Amigos dos Deficientes de Taguaí", naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 899, de 2011, de autoria do deputado Celso Giglio. Declara de utilidade pública o "Lar Vicentino do Pedregulho", em Guaratinguetá.

3 - Projeto de lei nº 576, de 2012, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Declara de utilidade pública o "Círculo de Trabalhadores Cristãos de Sorocaba - Brigadeiro Tobias", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 584, de 2012, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Declara de utilidade pública o "Centro de Iniciação Musical de Votorantim - CIMU", naquele Município..

5 - Projeto de lei nº 600, de 2012, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Declara de utilidade pública a entidade Cáritas Diocesana de Catanduva.

6 - Projeto de lei nº 200, de 2013, de autoria do deputado Gilson de Souza. Declara de utilidade pública o "Esporte Clube XII de Outubro", em Franca.

7 - Projeto de lei nº 434, de 2013, de autoria do deputado Antonio Mentor. Declara de utilidade pública a entidade "Asilo de Velhice e Mendicidade Nossa Senhora de Fátima", em Pirassununga.

8 - Projeto de lei nº 449, de 2013, de autoria do deputado Adilson Rossi. Declara de utilidade pública a "ONG Sempre Amigos Educacional de São Paulo", na Capital.

9 - Projeto de lei nº 505, de 2013, de autoria do deputado Roberto Engler. Declara de utilidade pública o "Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça", em Guará.

10 - Projeto de lei nº 532, de 2013, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Icém- APAE", naquele Município.

11 - Projeto de lei nº 534, de 2013, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Declara de utilidade pública a "Casa de Saúde Beneficente de Indiaporã", naquele Município.

12 - Projeto de lei nº 557, de 2013, de autoria da deputada Célia Leão. Declara de utilidade pública o CRAJ, Centro de Referência e Apoio à Juventude de Pirangi, em Pirangi.

13 - Projeto de lei nº 571, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Roque", naquele Município.

14 - Projeto de lei nº 620, de 2013, de autoria do deputado Chico Sardelli. Declara de utilidade pública a entidade "Associação de Equoterapia de Americana" (AEQUOTAM), naquele Município.

15 - Projeto de lei nº 661, de 2013, de autoria do deputado José Zico Prado. Declara de utilidade pública a "Associação Riopretense de Educação e Saúde - ARES", em São José do Rio Preto.

16 - Projeto de lei nº 668, de 2013, de autoria do deputado José Bittencourt. Revoga a Lei nº 11.612, de 2003, que declara de utilidade pública o "Centro de Assistência aos Moradores de Rua (CAMOR)", na Capital.

17 - Projeto de lei nº 714, de 2013, de autoria do deputado Reinaldo Alguz. Declara de utilidade pública a "Associação Pinhalense de Proteção aos Animais São Francisco de Assis - APPASFA", em Espírito Santo do Pinhal.

18 - Projeto de lei nº 750, de 2013, de autoria do deputado Chico Sardelli. Declara de utilidade pública a "KAPA - Kamael Associação Protetora dos Animais", em Mogi Guaçu.